

O trabalhismo como linguagem e cultura política: por uma história da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas (1948 – 1954)

Maycon Douglas Vieira DOS SANTOS¹

Resumo: O principal objetivo do presente trabalho é apresentar as linguagens políticas da *Revista do Rádio*, bem como da classe dos radialistas. O intuito é, primordialmente, encarar o trabalhismo de Vargas não apenas como uma categoria analítica de um dado período, mas também como uma linguagem e cultura política, que operou de formas diversas, adentrando no universo radiofônico, fazendo desta linguagem base para suas ações e atuações. Analisarei os números que tratam especificamente da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas, expressões organizativas dos trabalhadores do rádio que dialogavam com a cultura política trabalhista. Dois órgãos que, segundo a revista, foram ações que visavam à união da “classe radiofônica”, o que também estava em sintonia com o que era de mais basilar no trabalhismo varguista.

Palavras-chave: Rádio, trabalhismo, Getúlio Vargas, Revista do Rádio.

¹ Doutorando e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). USP. São Paulo. SP. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4739-7813>. E-mail: mdougllas0@gmail.com

Laborism as a language and political culture: towards a history of the Brazilian Radio Association and the Radio Workers' Union (1948 – 1954)

Abstract: The main objective of this work is to present the political languages of Revista do Rádio, as well as that of the radio broadcasters. The aim is, primarily, to view Vargas' laborism not only as an analytical category of a given period, but also as a political language and culture, which operated in different ways, entering the radio universe, making this language the basis for its actions and performances. I will analyze the numbers that deal specifically with the Brazilian Radio Association and the Radio Workers' Union, organizational expressions of radio workers who dialogued with labor political culture. Two bodies that, according to the magazine, were actions aimed at uniting the “radiophone class”, which was also in line with what was most fundamental in Vargas laborism.

Keywords: Radio, labor, Getulio Vargas, Radio Magazine.

Introdução

Pode uma revista expressar uma linguagem ou uma cultura política de uma dada época? Foi partindo desse questionamento que procurei esquadrihar minha fonte principal de pesquisa: a *Revista do Rádio*². Periódico especializado em assuntos do universo radiofônico, foi criado em 1948 por Anselmo Domingos, editor-chefe e escritor de radionovelas daquele período. O periódico contava, geralmente, com 50 páginas. A capa vinha com fotografia de artistas de rádio, principalmente mulheres. Embora a revista tenha dedicado suas páginas para falar da vida íntima de artistas do rádio, ela não deixou de apresentar suas respectivas linguagens e culturas políticas.

Uma cultura política seria um conjunto de referentes que estão formalizados no seio de um partido ou de um determinado grupo social, ou seja, um código que se torna inteligível numa dada sociedade e num dado momento da história, sob o qual operam as linguagens e os comportamentos políticos. Não há, portanto, uma cultura política que esteja descolada de seu tempo histórico, pelo contrário, se constitui a partir da lógica espaço temporal na qual é formulada (BERSTEIN, 1998).

Ao folhear as páginas da *Revista do Rádio*, encontrei inúmeras publicações dedicadas a tratar das atuações da Associação Brasileira de Rádio (A.B.R.) e do Sindicato dos Radialistas. O que observei foi o engendramento dessas reportagens com uma linguagem e cultura política bastante específicas: o trabalhismo. Segundo Ângela de Castro Gomes, foi mobilizado um pacto entre as classes trabalhadoras e o governo varguista, onde a legitimação de seu governo se daria a partir da adesão consciente dos trabalhadores à lógica trabalhista, e em contrapartida, caberia ao Estado garantir o funcionamento das leis trabalhistas criadas nesse período (GOMES, 2005).

Essa lógica construiu duas importantes representações: a primeira é a figura paternalista de Vargas, podendo até mesmo dizer que trabalhismo é sinônimo de “getulismo” (GOMES e D'ARAÚJO, 1989); a segunda é a imagem do trabalhador como ator político, o que invariavelmente moldou os sentidos que a categoria “trabalho” possuía até então. Trabalho e trabalhador, leis trabalhistas, todas estas categorias passaram a fazer parte da linguagem política vigente naquela época, e que produziu uma

²Todos os números da revista utilizados na presente análise podem ser encontrados na página da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Link para acesso: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-radio/144428>.

cultura política que não se conteve com a deposição de Vargas em 1945. A cultura política trabalhista, forte nos anos 1950 entre as massas populares urbanas (que, aliás, constituíam a maioria dos ouvintes de rádio), dava o tom e a tinta para as “páginas revisteiras” da *Revista do Rádio*?

Segundo Elias Palti, “uma linguagem política não é um conjunto de ideias ou conceitos, mas um modo característico de produzi-los” (PALTI, 2020, p. 13). Ou seja, para além da criação, invenção de ideias e conceitos para enquadrar determinadas ações políticas, uma linguagem política é, antes de qualquer coisa, uma construção de narrativa, que independe da concretização das ações enquadradas por ela.

Tomemos como exemplo a categoria “trabalho”, que no Brasil do período imperial possuía uma forte carga negativa, e que segundo Ângela de Castro Gomes, tornou-se no período varguista, um instrumento de construção da nacionalidade. Essa mudança de sentido, essa inversão na operação foi engendrada na “invenção” do trabalhismo. As novas formulações que há sob as categorias de trabalho e trabalhadores, é o que está sendo aqui denominado como uma “linguagem política trabalhista”. Essa linguagem incorporou e inseriu “o trabalhador” brasileiro, principalmente da zona urbana, no cenário político nacional (ANGELI, 2016).

Logo, o que está sendo levantado como questão principal é que o trabalhismo, além de uma ideologia fundada na ditadura do Estado Novo, é uma linguagem política, ou seja, um sistema de referências e representações de um universo político onde a palavra “trabalho” passava a ser, em certa medida, o “motor da história”, e o trabalhador brasileiro passou a ter suas reivindicações legitimadas, e seus direitos de cidadania atrelados às políticas sociais gestadas pelo Estado varguista, em que pesem todas as insuficiências e contradições dessa relação.

Ainda segundo Angela de Castro Gomes, o culto ao trabalho em nossa sociedade se inicia anteriormente ao governo Vargas, mais precisamente com o fim da escravidão e no alvorecer da República. O trabalho esteve sempre ligado a aspectos negativos, visto que eram os negros escravizados que “trabalhavam”. Logo, “a operação implicava inverter os sinais pelos quais a categoria trabalho era identificada na sociedade de então. O trabalho não mais poderia ostentar o sinal da desgraça e do atraso, como acontecia na escravidão” (GOMES, 2005, p. 23). Já na década 1930, houve um esforço institucional

para inverter essa lógica, tornando o trabalho como o que “dignifica o homem”, formulando, a partir do “roubo da fala” (PARANHOS, 1996) dos trabalhadores pelo Estado varguista, as relações entre estes e as classes trabalhadoras.

Logo, o principal objetivo do presente trabalho é compreender de que maneira a Revista do Rádio apropriou-se do trabalhismo enquanto linguagem política, fazendo desta linguagem base para suas ações no contexto do universo radiofônico. Analisarei os números que tratam especificamente da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas, expressões organizativas dos trabalhadores do rádio que dialogavam com a cultura política trabalhista. Dois órgãos que, segundo a revista, foram ações que visavam à união da “classe radiofônica”, o que também estava em sintonia com o que era de mais basilar no trabalhismo varguista.

Associação Brasileira de Rádio, um órgão de (primeira) classe

A A.B.R. foi fundada em 1944. Ali no alvorecer da República Democrática, surgia uma organização que tinha por pretensão ser um agregador dos membros dessa mesma classe, que segundo a *Revista do Rádio*, “na boca do povo tudo era bom, menos o pessoal do rádio. A designação generalizada da ‘gente do rádio’ tinha um sentido pejorativo”³. Assim, em uma reunião com diversos radialistas, em 1944, foi criada a A.B.R. que, sob as palavras de Anselmo Domingos, seria o órgão “mais ideal da classe” dos radialistas.

A *Revista do Rádio* se colocou no papel de informar aos seus leitores, obviamente formado também por radialistas, cantores, artistas, enfim, “gente do rádio”, sobre os feitos, propostas e ações da A.B.R. Não à toa, o próprio editor-chefe, na primeira edição, teceu as seguintes palavras: “já temos enfim o que se pode chamar um órgão da classe. Resta que todos nós cooperemos. Não se compreende um radialista fora da associação”⁴. Os radialistas retratados no periódico, primeiramente, se enxergavam enquanto classe, ou pelo menos, houve um grande esforço regido pela *Revista do Rádio* em formular este sentimento entre os pares. Seguidamente, o próprio semanário apresentou diversas entrevistas com radialistas nas quais eles também se referiam à

³Revista do Rádio, n. 65, 5 de dezembro de 1950, p. 30.

⁴Revista do Rádio, n. 1, fevereiro de 1948, p. 3.

"classe radialista", ou aos "trabalhadores do rádio", o que revela a maneira como se enxerga enquanto tal.

Partindo do pressuposto de que podemos encarar os radialistas como classe, circunscrevem-se também as práticas e ações que visavam, principalmente, à concretização de suas vontades e anseios. Outrossim, enquanto esta classe estava "se fazendo", eles reconheciam entre si as demandas que diziam respeito aos radialistas, e quais formas de organização (e associação) melhor poderiam atender a estas respectivas demandas. Foi estampado, por diversas vezes, pequenos "lembretes" aos leitores sobre a importância da associação como um "órgão de classe", tais como na imagem a seguir:

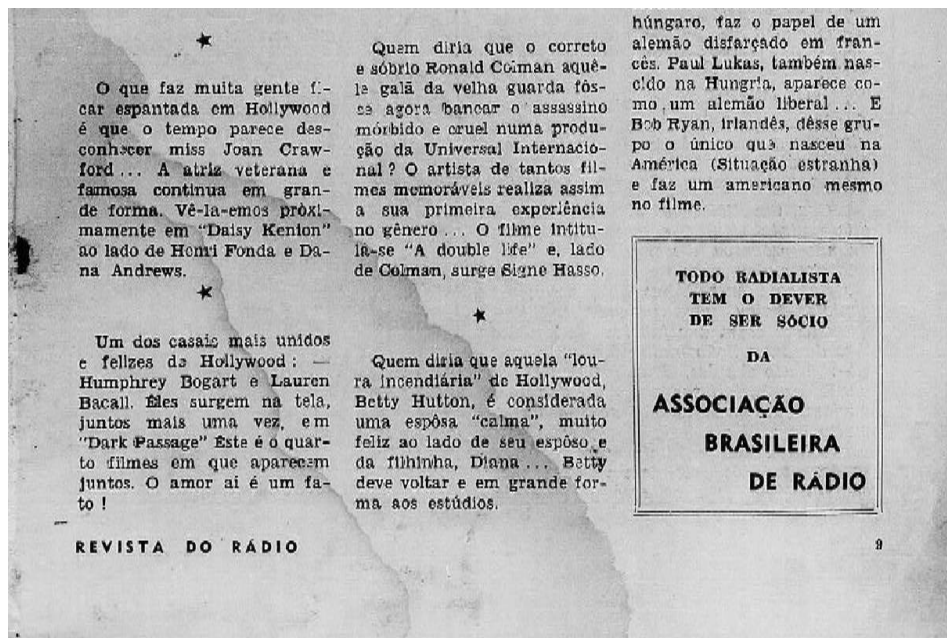


Imagem 1: Trecho da *Revista do Rádio* que apresenta um "lembrete" aos radialistas sobre a Associação Brasileira de Rádio. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Esses avisos, colocados não de maneira despretensiosa, revelam um claro posicionamento político dos editores da revista quanto à adesão cooperativa (e corporativa) dos radialistas à associação, visto que tornar-se membro dela era um "dever de todo radialista". No entanto, o que os editoriais da revista demonstravam é que, no final dos anos 1940, segundo as palavras de Anselmo Domingos, a classe dos radialistas era composta por uma desunião generalizada. Nas palavras do editor-chefe,

Não vamos ao ponto de elevar a Associação Brasileira de Rádio o órgão perfeito e ideal da classe [...] O maior mal dos radialistas é a desunião. Sabem que existe uma sociedade da classe – boa ou má – e ao invés de nela se congregarem para a fortalecer e conduzir aos seus verdadeiros rumos, preferem fazer política menos recomendável,

qual seja a de combater de fora, sem construir, sem cooperar, sem dar um pouco do seu trabalho, da sua parcela imprescindível [...] A prova está em que no mês findo a A.B.R. comemorou mais um aniversário de fundação e raríssimos radialistas souberam disso. É uma lástima.⁵

O que vemos neste editorial é a significativa indignação de Anselmo quanto ao tipo de política que os próprios radialistas faziam, por ao invés de congregarem, a criticavam “do lado de fora” O que nos leva à seguinte pergunta: teve a *Revista do Rádio* algum papel no sentido de congregar em um periódico os interesses de uma “classe” que ainda operava com os sinais voltados para desunião? O que já fica evidente é que o semanário radialista possuía entendimentos precisos sobre política, uma linguagem adensada no trabalhismo varguista.

A A.B.R., enquanto um órgão que deveria congrega os interesses dos radialistas, não teve vida fácil, o que acabou encontrando forte resistência dos trabalhadores do rádio em se tornarem membros, pelo menos em fins da década de 1940. A situação passou a ter significativa melhora no contexto do segundo governo Vargas. Embora não haja relação direta entre Getúlio e a adesão mais expressiva de radialistas na associação, a volta de Getúlio ao jogo político, agora como presidente democraticamente eleito, fortalecia a linguagem do trabalhismo dentro do universo radiofônico.

Existe uma significativa insistência por parte da revista, pelo menos ao longo de 1949, para os radialistas e artistas de rádio se associarem à A.B.R., seja entrevistando os diretores da associação, onde eles indicavam a importância dela para a vida e profissão dos radialistas, ou, por outro lado, para insinuar a desunião dos radialistas frente ao estimado órgão da classe. Já em abril de 1950, é publicado que

Talvez o maior mal do rádio, da sua gente, seja a desagregação. Nunca se supôs que uma associação de classe, como a ABR, tivesse por destino ter de viver mais pelo entusiasmo de quatro ou cinco. O resto, verdade crua, não se inflamou até agora. Houve um sopro forte, espécie de ‘vai ou racha’, quando Getúlio em seu tempo lhe deu uma ajuda de mão beijada. Mas caímos depois na realidade, voltou a associação a viver de suas mensalidades e raríssimas rendas eventuais. Temos uma sede, bonita, central, mas não temos quase associados. Temos um nome pomposo, uma classe simpática, popular, mas não há cooperação. Um mal do rádio, um defeito de sua gente.⁶

⁵ Revista do Rádio, n. 9, novembro de 1948, p. 3.

⁶Revista do Rádio, n. 31, 11 de abril de 1950, p. 3.

Ora, se o principal “defeito” da “classe radiofônica”, sob a ótica de Anselmo Domingos, era a desunião, provavelmente, aqueles que diariamente trabalhavam no rádio, e que não eram as “estrelas”, cantores, locutores, estavam mais ainda na margem dessa classe. E ao que parece, a revista pretendia alcançar os corações daqueles que labutavam no rádio sem o reconhecimento, visto que não eram “cartazes”, pois trabalhavam nos bastidores. Acredito que o semanário de Anselmo queria também comunicar-se com essa parcela dos “trabalhadores do rádio”.

O nome de Getúlio foi citado para exemplificar que, no período em que estava no poder, mais especificamente no final da ditadura do Estado Novo, a A.B.R., ao ser fundada, recebeu “uma ajuda de mão beijada”. Em outros termos, Getúlio Vargas doou uma quantia expressiva de cruzeiros para os cofres da associação, o que lhe rendeu o título de presidente honorário. Ora, no mesmo ano em que A.B.R. surgia, estava a ditadura varguista caindo em ruínas. Cai o ditador, mas não o seu o seu prestígio (FERREIRA, 1998). Prova disso reside no fato de que este mesmo Getúlio, que estava saindo da cena política, não deixou de ser alçado como “presidente”, o que revela também o prestígio que possuía perante os radialistas.

Parece, a meu ver, que a *Revista do Rádio* selecionou certos aspectos da linguagem trabalhista, tais como a formação de associações e sindicatos, ou das formulações das ideias de “união de classe”, que eram bastante alardeadas na ditadura do Estado Novo, para, definir e defender os seus próprios interesses. Ora, por mais que haja o reconhecimento de uma “ajuda” por parte de Getúlio, não houve uma subserviência entre os radialistas para com Vargas. Isto quer dizer que, e talvez por conta do próprio contexto “democrático”, existia um esforço por parte da Associação e da Revista em buscar uma autonomia de classe.

Fica então escancarada uma postura mais “trabalhista” do que “getulista”. Há uma combinação, às vezes tensa, entre as duas facetas da liderança varguista. A primeira implicava autonomia, ainda que relativa, e a segunda, adesão personalista. Ou seja, na tessitura das ações e proposições políticas dos radialistas há algo de “trabalhismo”, mas que extrapola os limites desta linguagem, visto que os mesmos, ou pelo menos a A.B.R. e a própria revista em tornar a linguagem radiofônica mais democrática e participativa possível. Quando o semanário se esforçava para alcançar os

“trabalhadores do rádio”, e tentava convencer de que a associação era o órgão ideal da classe, acredito que o cálculo político foi aprendido através das bases do trabalhismo. Ainda em 1950, em um editorial escrito por Anselmo Domingos, ele escreveu que,

Por que não se inicia uma tarefa de conagração? Precisa o rádio mostrar ao público que a classe é vasta porém coesa. Já há tempos se falou que o mal da A.B.R. seria o de estar nas mãos dos patrões do rádio. Já agora parece-nos que não mais prevalece esse sentido. Vamos pois! Compenetrem-se os radialistas de que todos reunidos, valem muito. A Associação é nossa, vamos trabalhar por ela!⁷

O editor-chefe, pois, explorou os sentidos do entendimento de classe, que seria o antagonismo de outra, a “dos patrões do rádio”, que não dominavam mais a diretoria da associação, pelo menos segundo seu ponto de vista, o que também ratifica a ideia de que o conagração deveria ocorrer a quem diariamente labora por meio do rádio. Portanto, por não haver mais o domínio já citado, não haveria motivos concretos para que os radialistas não se comprometessem em se unir, visto que a “associação é nossa”. A ideia de trabalhar por ela também traz algo da memória do trabalhismo de Vargas. Trabalho e os trabalhadores são pilares fundamentais para formulação da linguagem trabalhista e aqui é evocado por Anselmo para que se “trabalhe” ao ponto de tornar-se a associação, de fato, o ideal órgão de “conagração” entre os radialistas.

No número 65 foi publicada a história da fundação da A.B.R. Também foram estampadas diversas fotografias, principalmente quando de suas primeiras reuniões. Nas palavras de Demostenes Gonzalez, cronista radiofônico, “nascida do idealismo de alguns, a Associação Brasileira de Rádio é hoje uma realidade que constitui orgulho para a classe radiofônica”⁸. Gonzalez também destacou que o termo “gente de rádio” era, pelo menos nos anos 1940, utilizado de maneira pejorativa e preconceituosa, onde os radialistas eram interesseiros e só pensavam em fama, ou algo assim. Porém, “foi aí que alguém lembrou de que os trabalhadores do rádio deveriam ter a sua associação”⁹, e segundo o que foi publicado, em 1944 nascia a A.B.R., cujo principal interesse era “cuidar dos que verdadeiramente trabalhassem no rádio”.

A *Revista do Rádio*, ou seus respectivos editores, parecem estar formulando nas páginas que se dedicavam em tratar dos assuntos da associação, uma pomposa trajetória

⁷ Revista do Rádio, n. 32, 18 de abril de 1950, p. 3.

⁸ Revista do Rádio, n. 65, 5 de dezembro de 1950, p. 3.

⁹Revista do Rádio, op. cit.

da A.B.R., que embora tenha por principal obstáculo a falta de união entre os radialistas, conseguiu “graças ao dinamismo e a inteligência de Vitor Costa”, concretizar alguns serviços assistenciais para a classe radiofônica. As intenções, acredito, do semanário em falar de uma história da associação é, talvez, justamente se utilizar de prerrogativas de uma tradição que se instaurou entre os radialistas, para justificar o porquê de sua associação.



Imagem 2: Trecho da reportagem sobre a história da Associação Brasileira de Rádio, n. 65, dezembro de 1950. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

As fotografias estampadas na reportagem combinam com o que está sendo descrito como os serviços prestados pela A.B.R.: assistência médica e jurídica. Esse assistencialismo, traço característico da linguagem trabalhista, foi proposto na notícia como uma espécie de “benefício” para os radialistas associados, ou seja, sob a ótica da revista, a Associação, graças ao desempenho de Vitor Costa, foi capaz de entregar à classe direitos “trabalhistas”, que provavelmente não teriam por outras vias, visto que a profissão de radialista ainda não era reconhecida como tal. Logo, o ofício da associação,

que se vinculava em sua essência com o trabalhismo varguista, nutria-se dele para promover suas próprias ações associativas.

Nota-se que as diversas ocorrências a respeito da A.B.R., bem como seus feitos, quase sempre eram destacadas na revista logo nas primeiras páginas, mais especificamente, na seção onde o próprio editor-chefe era quem a escrevia. Isto quer dizer, talvez, que Anselmo Domingos tinha por preocupação divulgar e falar sobre a A.B.R. para que seus leitores, que também eram “gente do rádio”, soubessem o que seu “órgão de classe” estava realizando e concretizando em prol da classe radialista. Outro feito noticiado pelo semanário foi sobre o maior “congraçamento” dos radialistas para então alcançar, sob a ótica do editor-chefe, “o espírito de classe”. Em maio de 1951, é publicado a seguinte notícia

Indiscutivelmente, vem a nova diretoria da Associação Brasileira de Rádio levando a efeito obra digna de encômios, notadamente pelo muito que já realizou em apenas tão pouco tempo de trabalho. Do novo corpo de dirigentes da Casa do Radialista, o qual tem à frente Manoel Barcelos, atual presidente, muito espera a classe dos trabalhadores do microfone e tudo indica que essa diretoria corresponderá em tudo por tudo aos seus anseios. Assim é que, em menos de sessenta dias de mandato, já a Associação Brasileira de Rádio acaba de inaugurar seu Serviço de Assistência Odontológica, o que representa a realização de uma das maiores aspirações da entidade dos radialistas.¹⁰

O contexto vivido no país e que repercutia também sobre a classe dos radialistas era o do retorno de Getúlio ao poder, agora eleito democraticamente. As expectativas geradas eram muitas. O semanário também, que se mostrava ainda que timidamente entusiasmado com a volta de Vargas ao poder, não deixou de estampar o otimismo quanto à liderança de Manoel Barcelos. Era um tempo de mudanças, tanto no cenário político nacional, quanto no universo radiofônico brasileiro.

O periódico parece ter interpretado um ponto de virada no que dizia respeito à unidade classista da “gente do rádio”: o que antes parecia ser somente desunião, desacordo e desalinho dos trabalhadores do microfone, agora, e através da vitória de Manoel Barcelos e seus primeiros feitos como presidente da Associação, apontava para a concretização de seus anseios. Além disso, o Serviço de Assistência Odontológica entra em sintonia com aspectos da linguagem do trabalhismo, sendo encarada por Anselmo Domingos como uma das “maiores aspirações” da entidade dos radialistas.

¹⁰Revista do Rádio, n. 86, 1 de maio de 1951, p. 12.

E o semanário prosseguiu estampando as mais diversas realizações da associação, tais como o campeonato de futebol entre os radialistas, a doação de brinquedos para os filhos dos radialistas, a construção do Hospital do Radialista, bem como todos os bailes e desfiles promovidos pela Associação para o coroamento da Rainha do Rádio, concurso este também organizado pela entidade. Isso, somado à reeleição de Manoel Barcelos, levou ao entendimento de que a classe radiofônica estava mais unida.

E não apenas, mas também demarcou os traços de assistencialismo, que era tipicamente característico da linguagem do trabalhismo varguista, e que em larga medida, encontrou nas ações da A.B.R. formas de se atualizar num outro contexto, e como venho ressaltado ao longo do presente trabalho, a linguagem trabalhista não operava automaticamente e totalmente alinhados aos preceitos varguistas, mas sim, com características que ganham certa particularidade dentro do universo dos radialistas.

No próximo tópico, tratarei especificamente de um outro órgão que também se colocou como representante dos “trabalhadores do rádio”, qual seja, o sindicato dos radialistas. A proposta é semelhante: verificar como a linguagem do trabalhismo adentrou as formas representativas da radiofonia brasileira, além de averiguar as dimensões apresentadas pela *Revista do Rádio* sobre, por exemplo, uma suposta “necessidade” de haver além de uma associação, um sindicato.

Sindicato dos Radialistas, não dos mandões, mas dos que labutam no rádio

É possível também esquadrihar, a partir das publicações da *Revista do Rádio*, o significativo alinhamento político desta com os preceitos fundamentais da linguagem trabalhista/varguista. Ainda mais quando se atenta à forma como o semanário retratou a tamanha “necessidade” de ter um Sindicato dos Radialistas, valendo também ressaltar que a A.B.R e o sindicato dos radialistas poderiam realizar concretamente o modelo de organização getulista para o rádio. Diferentemente da A.B.R, o sindicato dos radialistas não passava de um desejo e vontade de “poucos radialistas”, ou da própria Revista que, neste momento, se colocou também no papel de falar para a “gente do rádio” sobre a pretensa inevitabilidade de se ter um sindicato.

Um dos aspectos fundantes e constituintes do trabalhismo varguista era a adoção do corporativismo, bem como do sindicalismo. Na década de 1930, principalmente quando na ditadura do Estado Novo em 1937, Vargas e seu Ministério do Trabalho construíram, através de um aparato político-institucional, uma série de medidas que visavam a incorporação das classes trabalhadoras no cenário político, e dentre essas medidas, a sindicalização oficial, tutelada pelo Estado e sendo ele mediador dos conflitos classistas. Sobre o corporativismo, que segundo a Ângela Maria Carneiro de Araújo, fora do tipo inclusivo, ela nos diz que

esta política continha uma dimensão positiva de concessão de benefícios, de atendimento concreto de certos interesses desta classe e que, principalmente no que dizia respeito à construção das estruturas corporativas, ela necessitava, para sua concretização, de certa aquiescência dos trabalhadores (ARAÚJO, 2002, p. 30).

Araújo também concorda que ainda nos 1930, as classes trabalhadoras não aderiram à lógica trabalhista de forma direta e automática, se submetendo ao governo Vargas ou de sua figura paternalista, sem antes realizar um cálculo de benefícios que, segundo Gomes (2005), foi de exígua importância para o firmamento do pacto entre o Estado varguista e as classes trabalhadoras. A *Revista do Rádio*, porta-voz da classe dos radialistas, e sendo ela também alinhada à linguagem do trabalhismo varguista, a utilizou para informar e formar em suas páginas as conquistas e os anseios do meio radiofônico, e dentre estas, a suposta “necessidade” de um sindicato. A primeira vez na Revista em que é mencionado sobre essa questão foi em 1948, logo nos primeiros editoriais, que segundo Anselmo Domingos,

Não é de hoje que se pensa fazer o sindicato dos que trabalham no Rádio. Mas tudo não saiu ainda do terreno das cogitações, porque infelizmente, em matéria de união os radialistas do Brasil ainda não mostraram lá grandes exemplos. Estamos nos referindo aos trabalhadores. Os patrões não. São mais unidos [...] Trata-se do Sindicato das Empresas de Radiodifusão. Isso quer dizer nada mais nada menos que eles, os donos, os patrões, os mandões, estão plenamente organizados dentro da Lei, para o que der e vier. Os empregados não. E vá a gente tentar convencê-los de que o **Sindicato é uma necessidade**. Ninguém aparece para trabalhar. Mas quando for a hora de ‘malhar’ é um Deus nos acuda!¹¹

Vemos aqui, novamente, a incorporação da linguagem política trabalhista moldando as afirmações dos editores da Revista acerca de uma suposta necessidade da criação de um sindicato. Ora, de onde surgiu tal necessidade? Quando no Brasil passara

¹¹ Revista do Rádio, n. 8, outubro de 1948, p. 4.

a ser incentivada a formação de sindicatos como via de representação de grupos e classes sociais? Como dito anteriormente, a sindicalização como política institucional de cooptação (e repressão) das classes trabalhadoras viera da lógica trabalhista, fundamentada no traço corporativista e autoritário do regime de Vargas (GOMES, 2005b). Nesse percurso, se o sindicato e a união dos que trabalham no rádio era, para Anselmo, como uma necessidade, isto se explica, talvez pela linguagem e tradição política na qual ele se situava e ao mesmo tempo se baseava para operar os comportamentos políticos, tanto o seu quanto dos demais radialistas.

Através do antagonismo proposto pelo editorial supracitado, de por um lado existir um sindicato dos “patrões” e não daqueles que “trabalham no rádio”, se vislumbra uma divergência da proposta trabalhista de Vargas, qual seja, a de uma “união das classes” e da “paz e harmonia social”. Logo, a proposta de criação de um sindicato dos radialistas seria a de, principalmente, reunir as demandas específicas da classe, utilizando este vínculo corporativo - que seria uma característica do trabalhismo - para alcançar a união entre os “trabalhadores do rádio” e os respectivos benefícios que seriam alçados através dessa forma organizacional. Na prática, porém, percebeu-se que “os radialistas do Brasil não deram bons exemplos”.

Inclusive, vale comentar que, novamente, os sinais apresentados pela revista a respeito da organicidade da “classe radiofônica” eram, também nesse caso, de desunião. No ano de 1951, um editorial escrito por Anselmo Domingos, comentou sobre o assunto dizendo que

Há tempo, apareceu a boa nova no mundo radiofônico: a criação de um sindicato dos radialistas, destinado a congregar a gente do microfone nas questões mais específicas, fora do alcance da Associação Brasileira de Rádio, completando a assistência à gente do microfone [...] Por tudo isto, pensou-se que a sociedade de classe, de embrião, crescesse e atingisse a todas as necessidades dos radialistas, gente sacrificada em salários, apesar dos paradoxais ordenados de vinte a cinquenta mil cruzeiros, pagos a alguns.¹²

Junto a isto, percebe-se, através das palavras escolhidas por Anselmo, certa distinção com recorte classista, entre aqueles que são “sacrificados em salários” em contraposição aos “vinte mil cruzeiros pagos a alguns”. Este ponto em específico, ainda que pontualmente, se distancia do núcleo mais importante do trabalhismo de Vargas: a

¹² Revista do Rádio, n. 71, 16 de janeiro de 1951, p. 3.

pretensa “harmonia” entre as diferentes classes, e a solução dos conflitos através da união de todas elas perante a construção da nacionalidade. A formulação do trabalhismo pretendia tornar o Estado a fonte de conciliação, distanciando-se de qualquer preceito marxista de “luta de classes”. Claro, Anselmo não estava convocando os “trabalhadores” para se unirem e destronar seus patrões, mas, para defender seus interesses específicos da relação de trabalho.

No entanto, essa linguagem permanecia equidistante daquela dos tempos varguistas, na medida em que o periódico organizava e separava detidamente quem eram os “patrões” e os “trabalhadores” do rádio. Os primeiros possuíam um sindicato, estavam unidos para o que der e vier, diferente do outro lado da ponta, que permanecia desunido, sem nenhum compromisso de “trabalhar” para que os interesses classistas fossem atendidos. Porém, assim como ocorreu com a A.B.R., algo próprio do contexto vivido pelos radialistas passou a alterar as relações entre rádio e suas organizações de classe, mais especificamente ao longo do segundo governo Vargas. O semanário seguiu os anos 1951 tensionando por meios dos editoriais a “falta” que fazia um sindicato. Ainda segundo Anselmo Domingos,

Ainda constando com a assistência valiosa da ABR, nem por isso a gente do microfone prescinde da existência de um sindicato efetivo, que pugne pelos seus interesses, investindo nas questões de salários, melhorias de trabalho e reconhecimento de direitos, enfim, que só uma entidade sindical pode abordar com a certeza de sucesso [...] Realidade insofismável, empregando dezenas de milhares de técnicos e artistas, o rádio exige esta cobertura na legislação trabalhista. E ela virá se os próprios radialistas colocarem de lado o comodismo, trabalhando em prol do ressurgimento do seu sindicato... e das funções que lhe competem.¹³

Novamente, o editor-chefe da revista precisou sua linguagem política, deixando evidente seu entendimento sobre a questão que lhe parecia imprescindível gastar tinta e papel: um efetivo sindicato. Ora, apesar da avaliação de Anselmo Domingos para com a A.B.R. ser quase sempre positiva, ele compreendia que existiam determinadas demandas que somente um sindicato poderia, “com sucesso”, alcançar, sobretudo no que diz respeito à melhoria de salários e condições de trabalho. Ao final, tem-se evocação da ideia do trabalho e que, somente “trabalhando” será possível reacender a chama sindical dentro do meio radiofônico. Com alguma frequência, a ideia da laboração é destacada no periódico quando se tratava dessas organizações, ou de que a

¹³Revista do Rádio, n. 76, 20 de fevereiro de 1951, p. 3.

união da classe radialista somente seria possível se os trabalhadores radiofônicos trabalhassem por ela.

Em junho de 1951, o semanário publicou uma notícia sobre os preparativos que a classe dos radialistas estava realizando para as eleições da diretoria do Sindicato de Radiodifusão. Normando Lopes, que nesse período, venceu e se tornou o primeiro presidente do Sindicato, foi constantemente elogiado pela *Revista do Rádio*, o que não era nenhuma novidade, adentrando no rol das celebridades radiofônicas que o semanário destilava grandiosas congratulações. A primeira medida tomada por Normando Lopes e explorada pelo semanário foi a greve geral do rádio com o intento de melhorias salariais.



Imagem 3: Notícia sobre uma suposta greve geral dos radialistas, n. 150, 1952. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Essa greve ocorreria especificamente entre radialistas cariocas, e caso não houvesse o firmamento de um acordo entre os donos das emissoras, as rádios ficariam em completo silêncio, buscando assim forçar que os interesses dos radialistas fossem atendidos. Ainda de acordo com a reportagem, o motivo que levou a pleitearem por um dissídio coletivo foi o fato de o custo de vida não era compatível com os baixíssimos salários recebidos, não pelas estrelas e cartazes, mas por quem trabalhava nos bastidores radiofônicos.

O semanário, seguiu noticiando e publicando as ações promovidas pelo Sindicato dos Radialistas, e que por mais que estivessem no plano das cogitações, a revista, permaneceu tecendo elogios à entidade, sobretudo ao Normando Lopes, que está “vivamente empenhado na conquista de melhores salários para o pessoal do microfone”¹⁴.

A notícia ainda destaca que os radialistas, que lutavam por um aumento de quatro mil, não iriam “voltar atrás de suas pretensões”. Junto a isto, o semanário de Anselmo Domingos utilizava a força e influência que possuía para que a mensagem da greve chegasse a todos os cantos, quem sabe até nos “patrões” do rádio, certamente leitores da revista. Não tratou-se, portanto, de uma publicação ingênua, visto que o periódico deixava claro “paralisarão as novelas, locutores fecharão a boca e os cantores descansarão a garganta”¹⁵.

Como ressaltado ao longo do presente estudo, os “trabalhadores do rádio” e seus representantes, que tinha como um de seus expoentes Normando Lopes, na época presidente do Sindicato dos Radialistas, inebriaram-se da cultura e da linguagem política trabalhista, e nesse processo, eram estas interpretadas e encaradas de maneira a fazer um cálculo de benefícios que fosse favorável à classe.

Em dada entrevista publicada pela *Revista do Rádio*, Normando Lopes assegurou aos radialistas que o aumento salarial viria em breve, e que estava “trabalhando” para que fosse de fato concretizado, e a revista não deixou de tecer pomposos elogios frente à figura do presidente do sindicato, pois “quando se fala em aumento dos radialistas, vem à tona o nome de Normando Lopes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro (ou melhor Sindicato dos Radialistas)”¹⁶.

Os radialistas e artistas de rádio, amparados pela A.B.R. e o recém-criado Sindicato de Radiodifusão, passaram a construir relações de unidade, diferentemente das primeiras notícias retratadas por Anselmo, de que a classe fosse desunida. Com a atuação do sindicato e da associação, houve uma alteração nas ações políticas. Estavam, pois, lutando juntos por um aumento de salários, como estão também utilizando um

¹⁴Revista do Rádio, n. 153, 12 de agosto de 1952, p. 43.

¹⁵ Revista do Rádio, op. cit.

¹⁶Revista do Rádio, n. 164, 28 de outubro de 1952, p. 32.

recurso que até então estava “veladamente proibido” no período do Estado Novo, qual seja, as greves e os dissídios. A reivindicação por aumento salarial não foi exclusiva desse grupo, pois ao observar o próprio contexto, vemos que esta prática estava sendo tomada por outras classes trabalhadoras.

Ainda sobre o contexto histórico, durante o segundo Governo Vargas, sobretudo em 1953, estouraram inúmeras e intensas greves e dissídios coletivos das classes trabalhadoras. Durante esse período, segundo Juliana Martins Alves (2015), a greve era encarada pelas forças políticas como um “antidireito”, ou seja, por mais que legalmente era permitido que houvesse greves dos trabalhadores, na prática, o que houve no pós-Estado Novo, foi uma grande repressão frente aos movimentos operários. Com o retorno de Vargas ao poder, houve uma espécie de “reatualização” do discurso trabalhista, encarada nesse trabalho como uma readequação a partir da transformação deste discurso em linguagem política.

Ora, na antessala das grandes greves ocorridas em 1953, insurgiu dentro das classes radiofônicas reivindicações que levaram estas ao dissídio coletivo, ao passo que houve ameaças de algumas estações do Rio de Janeiro de “desligarem seus microfones”. Por mais que as greves fossem encaradas como um “antidireito”, vê-se que para além de uma resistência por parte de alguns radialistas, houve a reutilização do discurso trabalhista a favor de seus próprios interesses. A questão sobre o aumento de salário dos radialistas arrastou-se ao longo do mandato de Normando Lopes sem nenhuma resolução concreta:

Até o momento em que encerrávamos os trabalhos desta edição, o Sindicato dos Radialistas encaminhava aos canais competentes, no Ministério do Trabalho, o pedido de dissídio-coletivo para colocar artistas e técnicos do rádio do rádio em greve legal de protesto contra a decisão dos proprietários das emissoras, que decidiram não atender aos sucessivos apelos de aumento de salário para a classe [...] Dessa maneira, não aceitando os empregadores as pretensões já reduzidas do Sindicato, o rádio entrará em greve, silenciando por completo os microfones¹⁷

O que se evidencia ao longo das publicações da *Revista do Rádio*, principalmente quando ela se detinha a retratar as visões e as representações políticas de seus pares, seja o Sindicato ou a Associação, era uma harmoniosa e coesa construção imagética de uma classe unida, ou que estejam em vias de alcançar a tão esperada

¹⁷ Revista do Rádio, n. 165, 4 de novembro de 1952, p. 49.

“unidade da classe”. Prova disto está no fato de que o semanário vislumbrava que a dissidência e a vontade de realizar a greve vinham também daqueles e daquelas que menos apareciam nos cartazes do rádio, técnicos de som, enfim a “gente do rádio” que tanto o sindicato, bem com a A.B.R. queriam representar.

Considerações finais

Getulismo e trabalhismo, faces da mesma moeda, pelo menos em termos de linguagem política (GOMES e D’ARAÚJO, 1989), encontrou terreno fértil no universo radiofônico, ganhando contornos específicos no fazer político da “classe radiofônica”, bem como do semanário que aqui chamamos de “trabalhista”. Certamente a *Revista do Rádio* não levantava a bandeira trabalhista em sua plenitude, mas também, não deixou de noticiar as ações políticas de seus pares. Verifica-se, portanto, um evidente alinhamento com a linguagem política trabalhista, seja por meio das ideias e definições das categorias de trabalho, sindicato, associações, que foram engendradas através do trabalhismo, ou pelas representações de um Vargas amigo dos radialistas.

A Associação Brasileira de Rádio e o Sindicato dos Radialistas, amplamente divulgados na revista, são a prova cabal do tamanho alinhamento político destas com a linguagem do trabalhismo. A principal característica, herdada das práticas trabalhistas/varguistas, diz respeito a um tipo de organização corporativista e assistencialista, que visava, ainda na ditadura do Estado Novo, cooptar e tutelar as classes trabalhadoras. O que se pode concluir desta questão é que, o trabalhismo foi a linguagem política dos radialistas, representados pela A.B.R. e por um Sindicato, que travava batalhas para conquistar ganhos materiais para a classe. Ou seja, um trabalhismo que não era totalmente devoto ao Vargas.

Desde aumento de salário e organização de bailes para artistas de rádio, até a saga do Hospital do Radialista, as duas organizações representativas do meio radiofônico utilizavam do trabalhismo varguista como fonte de inspiração para agirem em prol de sua classe. A partir da análise empreendida neste trabalho, foi possível verificar que além de apoiar, a classe radiofônica soube canalizar aspectos da linguagem trabalhista para defender seus interesses. Para além de colocar-se para concorrer a

cargos políticos, sob a ligação direta com o partido de Getúlio, a classe de radialistas, estampados no periódico, conduziram suas práticas políticas, também, internamente ao rádio.

Referências bibliográficas

ALVES, Juliana Martins. Trabalho e Trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como "antidireito" (1951-1954). In.: *Revista de História*. São Paulo, n.º 172, p. 367-396, jan.-jun., 2015.

ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. In: *Estudios Históricos*, Uruguai, n. 17, 2016.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean P.; SIRINELLI, Jean. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

D'ARAUJO, M. C. *O segundo governo Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores 'querem': política e cidadania na transição democrática de 1945. In: *História Oral*, n. 1, 1998, pp. 169-19

GOMES, Ângela Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 65, 2005

PARANHOS, Adalberto de Paula. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution -Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 12/04/2024
Aprovado em: 22/07/2024